

Jornalismo para a paz em tempos de ódio e violência no olhar de José Manuel Pureza e Sofia Santos

sA sinalaberto.pt/jornalismo-para-a-paz-em-tempos-de-odio-e-violencia-no-olhar-de-jose-manuel-pureza-e-sofia-santos

9 de janeiro de 2021



30 min read

O ano de 2021 já começou, o que nem de longe significa que os fatos que marcaram 2020 estão isolados em calendários obsoletos. A eleição presidencial nos Estados Unidos, por exemplo, é ainda tema relevante e presente na agenda política internacional, dada a expectativa de tensão na troca de governo entre Donald Trump e Joe Biden, prevista para o fim de janeiro. Há também o debate acalorado acerca do problema das *fake news*, que cresceu ainda mais com a pandemia de COVID-19, e as renovadas e necessárias abordagens sobre o alcance e os limites da tecnologia. Tudo isso desemboca, entre outras coisas, na discussão sobre a transformação da Comunicação ao longo do tempo e nas iniciativas que emergem como opções de negociação para a resolução de conflitos reais e/ou potenciais como a Comunicação para a Transformação Social e o Jornalismo para a Paz , especialmente diante da tarefa de desconstruir discursos de ódio e a cultura de violência.

Deputado pela terceira Legislatura e atualmente um dos vice-presidentes da Assembleia da República, José Manuel Pureza é professor catedrático da área de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Ele também já atuou em instituições estrangeiras como a Universidad Torcuato di Tella (em Buenos Aires, Argentina), a Universidad Pablo de Olavide (em Sevilha, Espanha), a Universidad del País Vasco e as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro (Brasil). Profícuo investigador no campo académico, suas prioridades de pesquisa incluem os Estudos para a Paz – designadamente as construções teóricas da paz e os estudos críticos sobre segurança – os direitos humanos e o direito internacional.

Sofia José Santos, por sua vez, é professora auxiliar de Relações Internacionais na FEUC e investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Como investigadora principal do projeto DeCodeM, ela desenvolve, desde 2008, pesquisas sobre *media* e intervencionismo global, representações mediáticas e processos de securitização, *media* e política externa, *media* e masculinidades, e internet e tecnopolítica. A docente é a atual coordenadora da iniciativa, mas também capitaneia, no CES, a área programática de *Media* e Masculinidades no Promundo-Portugal e é co-editora do Alice News. Em sua trajetória, Sofia já pertenceu à equipe de pesquisa do Flemish Peace Institute, na linha de “Paz e Sociedade”, e foi Marie Curie fellow no departamento de Antropologia da Universiteit Utrecht. Desde 2016, integra o Centro de Investigação OBSERVARE, da Universidade Autónoma de Lisboa, como Investigadora Associada. E foi para concatenar tais assuntos com a ideia de um Jornalismo para Paz, que o *sinalAberto* os convidou para a conversa que você, leitor(a) confere a seguir.





JMP: “talvez o tempo nos convoque a sermos mais simples e a percebermos que faz imensa falta um regresso ao Jornalismo tal como ele se define, no seu papel de intermediador e de seletor de fatos e narrativas sobre as coisas”. (Créditos: João Silveira Ramos)
SJS: “Das reflexões que nós temos visto acerca do Jornalismo para a Paz, há sempre muito um ‘fechar’ em contextos de guerra e um ‘não perceber’ que os mecanismos formais para desconstruir as violências”. (Créditos: Alexandre de Sousa Carvalho)

sinalAberto — Iniciativas voltadas à promoção da paz dentro das sociedades não são, exatamente, uma novidade, e o momento que o mundo atravessa parece sugerir que elas são mesmo indispensáveis. Também não é inédita a ideia de que a Comunicação Social pode servir a esse propósito, quando enfrenta desafios como os discursos de ódio e as *fake News*; mas qual o caminho para se fazer isso?

Sofia José Santos — A dimensão da Comunicação sempre foi fundamental para a constituição da realidade e da ação política. Eu acho que hoje é tudo mais rápido e com outras tecnologias, mas muitas das coisas que aconteciam séculos atrás continuam a acontecer; os contornos é que estão um bocado diferentes.

De qualquer forma, é importante vermos que, havendo muitas coisas iguais, em contextos de democracia como nos Estados Unidos ou no Brasil, por exemplo esperava-se que a comunicação informativa ou política fosse feita de outro modo. Havia, portanto, uma determinada expectativa, mas os atores políticos que antes estavam nas margens agora vêm para o centro e têm, à disposição, opções de comunicação muito mais alinhadas com as *fake news*, ou seja, com a lógica da pós-verdade. Então os fatos não têm sido discutidos de maneira racional e com base em agendas políticas, mas através de filtros de cunho pessoal e de emoção. E o Jornalismo para a Paz e a Comunicação para a Paz estão muito esquecidos neste tipo de cenários e muito disso é culpa da própria disciplina dos Estudos para a Paz e de como os teóricos da área pensaram o Jornalismo para a Paz: muito encurralado e centrado em ambientes específicos de conflito.

Esta é uma conversa presente dentro da área; a Rita Santos, uma colega nossa, teve a possibilidade de perguntar ao David Lynch se ele conceberia a hipótese de as mesmas ferramentas do Jornalismo para a Paz serem usadas em contextos de não conflito, mas de violência. Ele disse que não, que as metodologias eram feitas para cenários de guerra e, portanto, não haveria espaço para tal mudança de escala. Das reflexões que nós temos visto acerca do Jornalismo para a Paz, há sempre muito um ‘fechar’ em contextos de guerra e um ‘não perceber’ que os mecanismos úteis à desconstrução da guerra em contextos de guerra também podem ser usados em contextos de paz formal para desconstruir as violências.

José Manuel Pureza — Existe agora uma vaga de movimentos *trumpistas* que se dizem ‘pela verdade’. É tudo pela verdade. Mas essas são basicamente outras formas, ou uma espécie de nova língua, para se dizer que é ‘pela mentira’. Eu creio que, em termos literais, não faz nenhum sentido falar-se de ‘jornalismo pela verdade’. A missão do Jornalismo, em si mesmo, é a de apresentar fatos, por meio de metodologias de contraditório e de investigação, que permitam apurar, com alguma objetividade, aquilo que se passou.

José Manuel Pureza: “Na falta de intermediação, as redes sociais são um palco absolutamente fácil para aquelas circunstâncias que sustentam facções ou clubes fechados à ideia do ‘outro’. E nem é preciso mentir para tal; basta apelar aos sentimentos primários e à linguagem do contraste”.

SA — Mas o que é que mudou para que chegássemos às discussões que temos testemunhado?

JMP — O que mudou, entre muitas coisas, nas últimas duas décadas, foi a perda de intermediação do jornalista entre o fato e o espectador ou o leitor, enfim, o cidadão ou a cidadã. E essa perda de intermediação deu lugar a uma explosão de informação via redes informais que, portanto, deixaram de obedecer àquele espartilho do jornal, do rádio ou da televisão, isto é, passou a haver um caos de informação. A perda da instância de intermediação, que são os jornalistas e a imprensa, num sentido muito próprio, faz com que as questões da verdade, do primado dos fatos e da ‘não mentira’ sejam hoje muito mais angustiantes do que no passado. Não por acaso, é justamente nas redes sociais que certos grupos se alimentam para criar verdades paralelas que mobilizam os sentimentos mais primários.

Então embora eu esteja um pouco afastado das leituras, eu sou mais sensível, hoje, à defesa do Jornalismo enquanto tal como missão de informação do que era há cinco anos, quando dava outro valor a um Jornalismo comprometido com critérios para além da verdade. Eu pensava e penso que um Jornalismo engajado na desconstrução de raciocínios, estereótipos e representações da realidade que fomentam o conflito e o ódio é muito relevante. Eu não deixei de estar mobilizado para isso. Mas talvez o tempo nos

convoque a sermos mais simples e a percebermos que faz imensa falta um regresso ao Jornalismo tal como ele se define, no seu papel de intermediador e de seletor de fatos e narrativas sobre as coisas.

Isso tem relação direta com os discursos de ódio. Na falta de intermediação, as redes sociais são um palco absolutamente fácil para aquelas circunstâncias que sustentam facções ou clubes fechados à ideia do ‘outro’. E nem é preciso mentir para tal; basta apelar aos sentimentos primários e à linguagem do contraste.



SJS: “hoje há uma série de informações que chegam ao pé de nós sem que saibamos como isso acontece: nós nem sabemos se são notícias, se são mentiras, se são notícias distorcidas, se são notícias falsas, se são notícias registadas, os perns falsos e os perns verdadeiros, mas a verdade é que não sabemos, por exemplo.” (Markus Spiske — Unsplash)

SJS — Ou mesmo dar um ângulo que não é uma mentira, mas um enviesamento imenso, ou seja, há vários níveis de se fazer a coisa e algumas podem passar ‘nos pingos da chuva’ porque são vistas como legítimas, mas na verdade são apenas um pequeno foco e não, necessariamente, uma mentira ‘a céu aberto’.

JMP — Como nós, nas redes sociais, não estamos em contato direto e não temos que ver o rosto do outro, não é difícil adotarmos um discurso de ataque, de ressentimento. Eu mesmo, que faço do Facebook uma tribuna de intervenção política, não passo um dia sequer sem reagir a determinados comentários. E é muito fácil saltar do debate saudável para a agressão verbal e assim por diante, sempre em uma espiral até o limite ou além. A própria natureza das redes sociais, que não têm intermediação nem rosto ou nome, viabiliza a rápida transição da dimensão da racionalidade para a dimensão da emotividade.



Evidentemente, há ainda o problema das ‘fábricas’. Nós estamos aqui a falar de atores individualmente considerados, mas não sejam ingênuos. Aproveitamos a falta de intermediação dos jornalistas, estão condicionados a não produzirem apenas uma questão de conversação, atitudes individuais, mas de combate político e legal de altíssima intensidade”. (Glen Carré – Unsplash)

SJS — E sobre essa questão da desintermediação e das grandes máquinas e de haver cada vez mais a figura das *ciber-tropas* ou dos *ciber-exércitos* que operam tanto para Estados como para atores partidários, empresariais e tudo mais, existe uma grande incapacidade do cidadão e da cidadã comuns eu arriscaria dizer, de qualquer um de nós em perceber o problema quando há sofisticação. É quase como nas séries ou filmes, aquela ideia da elaboração de um perfil falso para um espião que vai a outro território ou Estado. E aqui estamos a falar da criação de uma série de *backgrounds* para o perfil, como amigos, pessoas que parabenizam no dia de aniversário, família, ou seja, se a coisa toda for bem construída, não há razão para desconfiarmos que não se trata de uma pessoa amiga de algum amigo que quer ser nosso amigo. Há um grande desconhecimento nosso, como simples cidadãos, em conseguirmos desconstruir formas mais requintadas de *ciber-tropas*. E eu não estou a hierarquizar. Não estou a dizer que o discurso de ódio não é terrível, porque é, mas, às vezes, preocupam-me mais os níveis em que pessoas informadas e letradas e alfabetizadas têm ainda mais dificuldade em conseguir desconstruir do que o discurso de ódio que é tão aberto.

O Pureza estava agora a falar das máquinas e, eu, a pensar nos algoritmos, isto é, na construção algorítmica não ser feita de forma transparente e democratizada. As redes informativas às quais nós agora temos acesso não são definidas pelos *gatekeepers* do Jornalismo, com aqueles códigos que conhecemos. Ainda que consideremos as críticas à política econômica e à propriedade dos *media*, nós temos consciência de que aquele órgão pertence àquele grupo e isso ajuda-nos a desconstruir determinados discursos. Mas, hoje, há uma série de informações que chegam ao pé de nós sem que saibamos como isso acontece; nós nem sabemos qual o alcance dos nossos *posts*. Essa ausência de transparência na construção dos algoritmos, para mim, é também algo essencial. Eu não conheço a tecnologia, então estou a especular, mas, talvez, se isso fosse regulado, os perfis falsos poderiam já fazer menos sentido porque não seriam tão lucrativos, por exemplo.



SJS: “Um dos aspectos importantes do Jornalismo para a Paz ou da Comunicação para a Transformação Social, para além da reflexão e abordagem teóricas, é a tradução dessas propostas em metodologias concretas de trabalho”. (Sujin – Onsplash)

SA — Dentro dessa ideia de que as ferramentas para mudarmos a realidade atual já existem e de que, talvez, o que nos falte é saber como utilizá-las para desconstruir essas estruturas de ódio e violência, quais poderiam ser as propostas práticas da academia em relação aos possíveis caminhos da Comunicação aplicada à paz numa perspectiva de curto e/ou médio prazos?

SJS — As conceitualizações do discurso de ódio, as propostas de Jornalismo para a Paz e a ideia da Comunicação para a Transformação Social são todas ferramentas, dentro da lógica acadêmica, ou seja, sempre com uma ancoragem epistemológica e teórica, que fornecem mecanismos e meios práticos. Um dos aspectos importantes do Jornalismo para a Paz ou da Comunicação para a Transformação Social, para além da reflexão e abordagem teóricas, é a tradução dessas propostas em metodologias concretas de trabalho. Desse ponto de vista, isso tem sido feito. Exemplo: contrariamente ao cânon do Jornalismo, privilegiar as fontes não institucionais coisa que o Jornalismo convencional privilegia e o entendimento de que o contraditório não é apenas e só ‘A diz A’ e ‘B diz B’. É a ideia de tentar conferir alguma coesão, de ‘cozer’ as coisas. Não somente ‘esse disse isso e eu não tenho qualquer envolvimento’.

É também verificar essas fontes e construir uma narrativa, uma história na qual as partes se interpelam e edificam algo, ainda que seja uma discussão pública ou política. Isso é totalmente diferente de se dizer, simplesmente, que alguém falou uma coisa e outra pessoa respondeu e que trata-se de Jornalismo objetivo. O que a Comunicação para a Transformação Social diz é que o contraditório é também um exercício no qual o jornalista se envolve para explicar como o contraditório acontece, quem é o quê e qual é a subjetividade de cada um desses atores.

Ou ainda se pensarmos no ‘contar a história’. Não usar necessariamente um *lead* e deixar as partes contextuais para o fim da peça, que já não atrai tanto interesse, mas optar por uma abordagem na qual o contexto explicativo seja tão importante quanto o *lead*. O *lead*, portanto, não pode ser arrancado de um contexto mais vasto que esclarece e gera sentido.



JMP: “Há, portanto, várias versões do Jornalismo para a Paz; há aquela versão um bocadinho hippie, fofa, segundo a qual o Jornalismo para a Paz é apenas dar notícias sobre a paz e não sobre a guerra para não assustar as pessoas. Convenhamos, isso não faz sentido”. (Humphrey Muleba – Enslplash)

SA — E por que é que isso não acontece ou acontece pouco nas redações jornalísticas?

SJS — É muito difícil aplicar essas mudanças dentro da realidade jornalística atual. Há imensos obstáculos estruturais, mas a academia, de alguma forma, tem feito um percurso relevante. Há também o fato de que a tecnologia evolui de modo muito rápido e surpreendente, e as reflexões sobre as inúmeras hipóteses que tais transformações abrem para tudo aquilo que é violento nem sempre se desenvolvem em velocidade compatível. Mesmo do ponto de vista jurídico. A tecnologia hoje permite uma infinidade de coisas; as *deepfakes*, pessoalmente, assustam-me imenso pela possibilidade de alguém ‘colar’ o meu rosto em outro corpo a fazer outra coisa e de toda a gente acreditar que eu fiz aquela coisa. Isso também vale para as colagens de voz. Então para a sátira política pode ser até interessante, mas se nós fizermos uma transposição da das *fake news* para as *deepfake* no contexto político sem ser satírico, ou nas questões de igualdade de gênero, assusta-me muito.

SA — O que o Jornalismo para a Paz nos ensinou?

JMP — Ensinou-nos que, para fazermos um Jornalismo comprometido com uma agenda de repúdio pelo conflito violento, letal, era preciso perguntar muito e ouvir muita gente sem voz. Há, portanto, várias versões do Jornalismo para a Paz; há aquela versão um bocadinho *hippie*, fofa, segundo a qual o Jornalismo para a Paz é apenas dar notícias sobre a paz e não sobre a guerra para não assustar as pessoas. Convenhamos: isso não faz

sentido. O Jornalismo para a Paz, levado a sério, é feito do trabalho competente de ouvir, de fazer todas as perguntas e de perceber os mecanismos que conduzem à espiral de violência que deságua em uma guerra, ou em uma guerra não declarada, ou em uma situação de guerra territorializada em uma favela, por exemplo. O que o Jornalismo para a Paz faz, pela minha compreensão, é evidenciar ou trazer à superfície os aspectos mais profundos que produziram aquele cenário, de tal maneira que eles possam ser abordados pelos poderes públicos, pela cidadania ou o que for, no sentido de não se reproduzirem, ou seja, não darem mais lugar a isso.

Sofia José Santos: *“É a isto que o Jornalismo para a Paz dá grande visibilidade: o Jornalismo escolhe a quem é que dá voz como fontes e, com essa decisão, define também a história a ser contada para ter consequências específicas justamente pela forma como ela foi contada”.*

Há pouco, a Sofia estava a sublinhar que existe uma certa resistência entre os académicos da área do Jornalismo para a Paz em aceitar que as ferramentas que eles foram criando se possam aplicar em tempos de paz formal e não apenas em tempos de guerra porque elas foram moldadas para uso em tempos de guerra. Eu acho que esse trabalho competente de fazer perguntas atrás de perguntas, de ir à procura dos mecanismos, profundos e não profundos, que conduzem às espirais de violência física ou social e mais difusa é provavelmente aquilo que mais falta faz no nosso tempo. Então se há uma ferramenta da qual precisamos, ela é pura e simplesmente ‘fazer perguntas’.

A Sofia tem também razão quando diz e é interessante pensarmos assim que as atuais condições concretas de trabalho nas redações são um imenso obstáculo para que isso tenha lugar. Quantos jornalistas é que conhecemos, em países como Portugal, que com tempo para fazer investigação dos tais mecanismos ou das tais realidades que não aparecem no *lead* do Correio da Manhã? Ou seja, a precarização, por vezes imensa, da profissão de jornalista é, porventura, o maior dos obstáculos a ser enfrentado. Eu estou a falar de Portugal, mas esse é um fenómeno global. Aqui, nós temos três ou quatro nomes de referência, em relação a profissionais que ganharam um estatuto que lhes permite não estar naquele ‘lufa-lufa’ do dia a dia da redação, com tempo para fazer investigações e trazer, ao debate público, verdades ou realidades subalternas e que ficam sem voz ou ocultas.

Essa é uma realidade sociológica ou socioeconómica também muito importante. É evidente que o Jornalismo para a Paz tem uma dimensão investigativa muito forte e, portanto, não é algo que se concentre no trivial. E para que ele aconteça, é preciso tempo e disponibilidade, tal como à montante, muitas competências têm que ser formadas. Não é qualquer pessoa que faz isso. Ela deve ter bem assimilados os cânones da profissão e ter condição económica para não ceder às pressões externas, no mínimo.

SJS — Importante dizer ainda que o Jornalismo, como um todo, é sempre feito por meio de uma articulação entre fontes, história e consequências. É a isto que o Jornalismo para a Paz dá grande visibilidade: o Jornalismo escolhe a quem é que dá voz como fontes e, com essa decisão, define também a história a ser contada para ter consequências específicas justamente pela forma como ela foi contada. Por exemplo: as sentenças, várias delas polêmicas, de processos de violência sexual em Portugal. Muitas das peças jornalísticas produzidas a partir desses julgamentos, embora rigorosamente respeitados os critérios da atividade, apenas subscreveram o acórdão do tribunal. Se nós buscamos transformar algo, não podemos ficar objetivamente ligados a uma realidade que não é objetiva.



Aidan Bartos (Unsplash)

JMP: “Eu penso que o Jornalismo para a Paz que se reconhece como tal e gosta de fazer isso é aquele que reflete a primeira Escola: da versão minimalista, com o Jornalismo que faz boas reportagens de guerra, mostra atrocidades e barbáries e as denuncia, que se compromete com a sua denúncia... é tudo muito importante, mas é isso e não outra coisa”.

SA — Há hoje muitas pesquisas sobre a aplicabilidade do Jornalismo para a Paz que debruçam-se sobre a maneira como os *media* mostram ou referem determinadas realidades. Isso tem sido suficiente?

JMP — Eu acho que não tem sido suficiente. A constelação de pensadores dos Estudos para a Paz ou da Investigação para a Paz está muito dividida em linhas ou sensibilidades. Uma delas, mais minimalista, concentrava tudo na oposição entre paz mínima e guerra. Para essa corrente de pensamento, o Jornalismo para a Paz tinha como agenda possível, na melhor das hipóteses, a narração dos conflitos com destaque para as dinâmicas de paz que emergiam, ou as formas de comportamento social, ou as iniciativas políticas ou o que quer que permitisse encontrar alternativas aos conflitos que se desenvolviam. Mas há outros discursos dentro dos Estudos para a Paz que, muito na sequência das elaborações de Johan Galtung nos anos 1970 e 1980, foram abrindo mais a agenda. E fizeram isso falando já não só da simples violência física ou da guerra, que seria o arquétipo da violência que se precisava combater mas das ‘violências’, no plural, alargando o debate para ir ao encontro de formas de funcionamento da sociedade, discursos, crenças e sistemas de valores que se revelavam violentos em si mesmos, na sua maneira de atuar. Para essa perspectiva, o Jornalismo para a Paz também tem, evidentemente, uma agenda diferente: mais ampla e menos concentrada. Então, desse ponto de vista, uma investigação, peça ou conjunto de publicações de jornalistas que vão à procura da violência social trazida pelos programas de austeridade em Portugal, por exemplo, podem ser considerados Jornalismo para a Paz. Isso acontece inclusive no cinema; seria um Cinema para a Paz, mas nessa perspectiva ampla.

Há, no entanto, um risco: quando cabe lá tudo, não é nada. Por isso, é preciso ter algum cuidado. Eu penso que o Jornalismo para a Paz que se reconhece como tal e gosta de fazer isso é aquele que reflete a primeira Escola: da versão minimalista, com o Jornalismo que faz boas reportagens de guerra, mostra atrocidades e barbáries e as denuncia, que se compromete com a sua denúncia... é tudo muito importante, mas é isso e não outra coisa. E uma imensa realidade fica de fora. Já quem queira fazer Jornalismo para a Paz assumindo a violência em um sentido mais amplo, utilizando as metodologias mencionadas pela Sofia de desconstrução, de escolha de fontes para contar a história para que ela tenha consequências, etc. , e isso aplicado a outros campos que não só o do conflito armado, arrisca-se à acusação de não produzir Jornalismo para a Paz. Então, talvez, por perceberem que havia riscos em abrir demais o nicho é que os acadêmicos da área quiseram delimitar o campo de estudos.

SJS — Eu subscrevo. E digo mais, se me permitem: o Jornalismo para a Paz é muito ‘quadrado’; tem uma proposta pouco útil. Ele existe, claro, principalmente em revistas de conflitos, mas o que existe é pouco; é uma questão de nicho, sem tanta criatividade e que fica restrita a esse espectro. A meu ver, a Comunicação para Transformação Social, como ‘guarda-chuva’ maior, ou os *Critical Media Studies*, dão muito mais ferramentas interdisciplinares, o que é mais interessante.



Créditos: Alexandre de Sousa Carvalho

SJS: “Se formos entender o Jornalismo para a Paz nesse ‘guarda-chuva’ maior, há estudos sobre as audiências de media críticos, sejam eles feministas ou o que quer que sejam. Já sobre o Jornalismo para a Paz, como convencionalmente considerado, eu não conheço...”.

JMP: “...Mas também é injusto afirmar que aquilo a que se chamou Jornalismo para a Paz não teve importância. Não convém desprezar o que foi e, provavelmente, ainda é, uma espécie de realidade”.

SA — É possível dizer que o fato de o Jornalismo para a Paz não ter cumprido tudo o que prometia ou o que se esperava dele reflete o fato de não ter se transformado em uma metodologia cotidiana? Porque há várias iniciativas que descrevem os critérios necessários para que determinado material seja considerado Jornalismo para a Paz, mas a oferta é menor quando pensamos em pesquisas sobre o impacto de tais conteúdos na percepção do público, isto é, junto à sociedade. Qual pode ser a razão para a existência dessa lacuna?

SJS — Em termos de investigação, eu não conheço mesmo estudos sobre as audiências do Jornalismo para a Paz. Por outro lado, eu sei de iniciativas que olham de modo muito específico para a interferência de rádios comunitárias na vida de determinadas comunidades. Exemplo: há pesquisas a respeito de rádios comunitárias feministas na Andaluzia, Espanha, que avaliam como as mulheres que não são as locutoras dessas rádios reagem àquele tipo de discurso; se contestam, se cooptam, se reclamam outro

espaço, outras atitudes ou outras ambições... esse tipo de abordagem existe. Se formos entender o Jornalismo para a Paz nesse ‘guarda-chuva’ maior, há estudos sobre as audiências de *media* críticos, sejam eles feministas ou o que quer que sejam. Já sobre o Jornalismo para a Paz, como convencionalmente considerado, eu não conheço...

JMP — ...Mas também é injusto afirmar que aquilo a que se chamou Jornalismo para a Paz não teve importância. Não convém desprezar o que foi e, provavelmente, ainda é, uma espécie de realidade.

O que me parece é que essa inquietação na base daquilo que designamos por Estudos para a Paz está presente numa agenda, digamos, menos concentrada sobre o fenómeno da guerra e mais concentrada noutras dimensões de violência. Eu não sei se isso se chama Jornalismo para a Paz; provavelmente não, mas poderia, perfeitamente, chamar-se, desde que contrapússemos, justamente, paz e violências num sentido mais plural. A mesma inquietação aparece no jornalismo filmado, falado, escrito, que têm essa preocupação. Se pudéssemos chamar isso de Jornalismo para a Paz, talvez tivéssemos resultados fantásticos e de grande dimensão. Mas não chamamos de Jornalismo para a Paz porque ele se acantonou e não temos essa capacidade de inclusão.



SJS: “Eu acho o termo *Literacia Mediática Crítica*, tanto para a produção quanto para a interpretação das notícias, ou seja, nas duas vertentes, mais interessante, precisamente porque guarda relação com fazer perguntas e com o espírito crítico (...)” (Créditos: Alexandre de Sousa Carvalho)

SA — Então as perspectivas passíveis de inclusão como propostas voltadas à paz deveriam ser analisadas de forma mais criteriosa para que os resultados que eles obtêm viessem à luz dentro desse espectro...

JMP — Exatamente. Nós podemos alegar que há muitos trabalhos jornalísticos que não se autodenominam Jornalismo para a Paz que talvez nem saibam o que é isso, ou não querem saber, ou até acham mal mas que concentram-se justamente em fazer o que o

Jornalismo para a Paz sugere. Eu confrontei-me, ao longo dos anos em que me preocupei com tal questão, entre várias outras, com muitos jornalistas que são referências em Portugal e abjuravam por completo isso do Jornalismo para a Paz porque, para eles, era uma deturpação completa da profissão. Algo como convidá-los a não serem objetivos e isso, para os vultos antigos do Jornalismo em Portugal, é um pecado mortal. Então depende muito de como a coisa acontece e de como ela se encaixa no trabalho do profissional. Esse mesmo jornalista que dizia ‘isto é absolutamente inaceitável’, ‘isto é uma deturpação’, fazia justamente o que a Sofia mencionou, que é o trabalho de conjugação entre fontes, história e consequências. Fazia isso porque é um bom jornalista e o bom jornalista se ocupa dessa tarefa já na seleção das fontes, quando opta por aquilo que não pertence ao *mainstream*, não apenas pela lógica de ‘furo’ jornalístico, mas para revelar realidades subalternizadas ou ocultas ‘atrás do biombo’; quando procede à investigação que permite trazer os fatos à tona.

Se isso, depois, resulta em discursos ou políticas públicas, em comportamentos sociais que assimilam essas representações não estereotipadas e não odiosas, por que é que isso será chamado de Jornalismo para a Paz? O nome, para mim, não é muito importante.

SJS — Mas é sempre útil dar um *refresh*, uma agitada, uma vida nova à proposta do Jornalismo para a Paz e um estudo de audiência com a inclusão da expressão ‘Jornalismo para a Paz’ poderia ser interessante; a depender de como fosse feito, seria bem-vindo.

Eu acho o termo Literacia Mediática Crítica, tanto para a produção quanto para a interpretação das notícias, ou seja, nas duas vertentes, mais interessante, precisamente porque guarda relação com fazer perguntas e com o espírito crítico, portanto, adapta-se aos contextos, às violências... não tem um ‘guarda-chuva’ tão fechado e é uma designação mais rica, seja na conceitualização, seja nas leituras dos trabalhos que são desenvolvidos, do que Jornalismo para a Paz. O que não quer dizer que não se possam combinar. Quem sabe, no futuro.



JMP: “São outros os exércitos e outras as guerras mais letais, e o Jornalismo para a Paz de hoje precisa exercer o poder da verdade, nada além. E, assim, repensar a natureza de que o Jornalismo precisa ser devolvido à sua essência.” (Maximilian – JMS)

JMP — O que percorreu nossa conversa foi muito essa ideia de que o Jornalismo para a Paz é entendido num sentido muito estrito e limitado. Tem valor, tem resultados, é estimável, mas deixa muito a desejar. Portanto, diante do que temos testemunhado em relação aos discursos de ódio, racistas, homofóbicos, sexistas, xenófobos, etc.; nos tempos atuais, quando as representações de guerra têm, justamente no discurso, uma das suas componentes mais essenciais, o Jornalismo para a Paz, necessariamente, tem que ter uma ambição maior. Não pode resumir-se apenas aos generais, não mais; deve erguer-se, por exemplo, contra as *ciber-tropas* ou as tentativas de naturalização de violências verbais, sociais e físicas, para citar apenas algumas alternativas. São outros os exércitos e outras as guerras mais letais, e o Jornalismo para a Paz de hoje precisa exercer o seu papel de contraste e só pode estar comprometido com a denúncia desses problemas e a luta pela verdade, nada além. E, assim, regressamos à ideia de que o Jornalismo precisa ser devolvido à sua essência.

Perante essa barbárie que está a crescer, o Jornalismo para a Paz tem que ter uma agenda muito mais ambiciosa, sabendo que é a paz que está a defender; não a paz das armas, mas a paz como avesso da violência bárbara e, em grande medida, uma paz muito mais política.